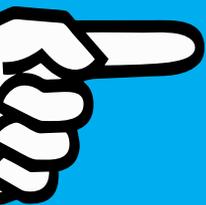


ATO EM DEFESA DA REFORMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E ELEIÇÕES LIMPAS



DIA NACIONAL DE COLETA DE ASSINATURAS **BRASÍLIA** **27 DE NOVEMBRO**

Local de concentração: Museu Nacional (16h)

Marcha e Ato Público nesta quarta-feira, 27 de novembro, às 16 horas, na praça do Museu Nacional - Esplanada dos Ministérios.

Venha conhecer o projeto da Reforma Política Democrática e Eleições Limpas apoiado por 54 entidades da sociedade civil.

Precisamos coletar mais de 1,5 milhão de assinaturas para que a proposta se torne um projeto de lei de iniciativa popular. Faça parte desta iniciativa que vai mudar o jeito de fazer política no Brasil.

Sua assinatura vai virar lei



Entidades da Coalizão

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), MOCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral), a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, a Frente Parlamentar pela Reforma Política com participação popular, a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), a UNE (União Nacional dos Estudantes), UBES (União Brasileira dos estudantes secundaristas), Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), CNLB (Conselho Nacional do Laicato do Brasil), Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia, UNASUS (União Nacional dos Auditores do Sistema Único de Saúde), IDES (Instituto de Desenvolvimento Sustentável), Criscor (Cristãos Contra Corrupção), MST (Movimentos dos Trabalhadores sem Terra), Abramppe (Associação Brasileira dos Magistrados Procuradores e Promotores Eleitorais), Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), IUMA (Instituto Universal de Marketing em Agribusiness), Instituto Atuação, Aliança Cristã Evangélica Brasileira, CJP-DF (Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília), Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), POM (Pontifícias Obras Missionárias), Visão Mundial, Escola de Fé e Política (Campina Grande), OFF (Conselho Federal de Farmácia), CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), Cárteras Brasileira, MPA Brasil (Movimento dos Pequenos Agricultores), SINPRO/DF (Sindicato dos Professores no Distrito Federal), CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Asbrale/DF (Associação Brasileira das Empregadas Domésticas), Igreja Batista em Coqueiral - Recife, Instituto Solidare - Pernambuco, CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz), Via Campesina, MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), IBDCAP - (Instituto Brasileiro de direito e controle da administração pública), CSEM (Centro Scalabriniano de estudos migratórios), CNTE (Confederação dos Trabalhadores em Educação), Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), CLAI Brasil (Conselho Latino Americano de Igrejas), Abracci (Articulação Brasileira Contra a Corrupção e Impunidade), Avoz do Cidadão (Instituto de Cultura de Cidadania), Unacon Sindical (Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle), IFC (Instituto de Fiscalização e Controle), APCF (Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais), Fisege (Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros), UBM (União Brasileira de Mulheres), MEP (Movimento Evangélico Progressista), Abrapps (Associação Brasileira de Pesquisadores(as) pela Justiça Social), Fórum da Cidadania de Santos, EPJ (Evangélicos pela Justiça, Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público).

Sua assinatura vai virar lei



Afastamento definitivo do dinheiro de empresas nas eleições

O financiamento de campanhas eleitorais não mais poderá ser feito por empresas. Será público, mas o cidadão poderá doar até R\$700.

Igualdade entre homens e mulheres

O Brasil tem uma das menores participações femininas do mundo quando o assunto é eleições. Com a nossa proposta, nas eleições proporcionais, haverá disponível o mesmo número de cadeiras respeitando alternância de sexo e paridade.



Eleições proporcionais em dois turnos

Valorização da proposta do partido e do candidato. No primeiro turno o voto é do partido que precisará apresentar conteúdo programático. No segundo turno será a vez de os candidatos apresentarem seus projetos.

Participação soberana do povo em decisões nacionais

O povo decidirá, de forma soberana, por plebiscito ou referendo, questões de grande relevância nacional, como concessão e privatização de bens/serviços públicos, grandes projetos com impacto socioambientais, salários de parlamentares, ministros, dentre outros.



Seu voto elege apenas o candidato em quem você votou

Não haverá mais candidato eleito "levando" outros. Hoje votamos em um determinado candidato que defende uma causa e elegemos outro (ou outros) que defende o contrário. Com a nossa proposta, isso vai acabar. É a votação em dois turnos nas eleições proporcionais que põe fim a isso.